Pregão/Concorrência Eletrônica

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
REF.: RECURSO ADMINISTRATIVO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 079/2022.

RECURSO ADMINISTRATIVO

MUNDO TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 07.403.266/0001-24, sediada na Rua Hermilo Alves – nº 66, Andar 2, bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte/MG, CEP nº 31.010-070, neste ato representado por seu Representante Legal o Sr. Rivaldo José de Castro, Diretor, devidamente qualificado no presente processo vem na forma da legislação vigente em conformidade com o Art. 4º, XVIII da Lei n.º 10.520/02, vem até Vossas Senhorias, para, tempestivamente, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou classificada a proposta comercial da licitante M2A SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, apresentando no articulado as razões de sua irrisignação.

1 – DOS FATOS SUBJACENTES

Ilustre Pregoeiro e comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Santa Luzia.

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucedede que, após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação culminou julgar classificada a proposta comercial da empresa M2A SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, ao assombro das normas editalícias.

2 – DAS RAZÕES DA REFORMA

a. Da proposta comercial – Documentação anexa:

a.1. Do não atendimento ao subitem 9.11.1 e 9.11.3 do Termo de Referência:

Independente da pretensa alteração legal para haver fase de saneamento em licitação, deve ser considerado essencial proceder a conformidade das propostas em qualquer modalidade de licitação, de modo a sempre assegurar uma disputa/competição justa e equânime entre seus participantes, cabendo apurar eventuais condutas irregulares em licitações, especialmente as irregularidades e vícios insanáveis, com a consequente desclassificação da proposta e aplicação das sanções legais aos seus responsáveis.

Isto se deve ao fato do Instrumento Convocatório exigir condições mínimas para participação na licitação, no caso do Pregão exige-se observância às condições específicas indispensáveis à proposta, especialmente quanto ao Termo de Referência e/ou Anexo Técnico ao Edital, quando deverá a Administração assegurar que o respectivo cumprimento das propostas, dos lances e do consequentemente julgamento final se deem em estrita observância às condições do Edital e seus anexos, em observância aos princípios constitucionais e legais, dentre os quais destaca-se a Legalidade, Isonomia, Ampla e Justa Competição, os quais devem ser observados em todo o procedimento licitatório.

Atualmente, a desclassificação de proposta, por desconformidade com o Edital, permanece amparada na legislação sobre licitações, art. 43, IV, da Lei 8.666/93 e art. 4º, VII, da Lei 10.520/02, vinculando tanto à Administração e seus participantes.

Como se vê a modalidade Pregão (Lei 10.520/02) também se insere neste contexto, sendo essencial proceder a conformidade das propostas, em relação às exigências do edital antes do início dos lances, para equalizar todas as ofertas/propostas apresentadas, tornando justa a disputa pelos lances.

Realizado o introyto em debate, da leitura da proposta comercial apresentada pela Licitante M2A SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, infere-se que referida proposta possui desconformidades com os termos do Edital, senão vejamos.

O item 9.11.1 do Termo de Referência, que trata da documentação referente ao atestado de capacidade técnica, delimita no que tange as condições gerais que "emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado das empresas ou órgãos adquirentes, devidamente assinado(s), comprovando a aptidão do licitante para o fornecimento dos serviços de cada lote (...)"

No entanto, basta a análise da Proposta apresentada pela licitante M2A SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA para verificar que o atestado apresentado, emitido pela empresa RCS – Rede de Cuidados de Saúde, datado de 10 de novembro de 2022, informa que o início da prestação de serviços se deu somente no dia 03 de janeiro de 2022, com prazo inferior a 1 (um) ano, em desconformidade e incompatível com o prazo objeto da licitação em debate.

A Súmula TCU 263 assim dispõe:

"Súmula 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das empresas licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser

executado”.

E não é só!

O item 9.11.3 do Termo de Referência, que trata da documentação referente ao registro do atestado de capacidade técnica, delimita que “Além dos documentos exigidos nos artigos 28 a 31 da Lei 8666/93 e alterações, a licitante deverá fornecer Atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) Jurídica (s) de direito público ou privado comprovando que o proponente tem capacidade técnica operacional suficiente para atender o constante objeto desta licitação, devidamente registrado nas entidades competentes.”

No entanto, basta a verificação do atestado em debate para verificar que ele não se encontra devidamente registrado no CREA, em desconformidade com o edital licitatório.

a.2 Das evidências de irregularidades no Atestado apresentado.

Além das irregularidades patentes no atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante M2A SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA., há indícios graves da não prestação do serviço exposto, senão vejamos.

Verifica-se que o atestado ora impugnado, apresentado pela RCS – Rede de Cuidados de Saúde – CNPJ nº 17.836.262/0001-93, atestou que supostamente a licitante M2A SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA. presta serviço referente a PABX em nuvem, desde fevereiro de 2022 até a presente data.

No entanto, basta uma breve consulta para verificar que o grupo RCS tem como presidente o senhor Ricardo Cabral, conforme verifica-se de seu perfil na plataforma linkedin:

https://br.linkedin.com/in/ricabral?original_referer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F

CNPJ das empresas:

<https://1drv.ms/u/s!ApD3dkTtf4xoi9EICZq3PSDsDJBQSw?e=kOChEU>

Além de presidente da empresa emissora do atestado de capacidade ora impugnado, o senhor Ricardo é diretor da empresa HI-EPC Comunicação e Educação em Saúde S/A, cuja sede, conforme cartão CNPJ de ambas as empresas, é no mesmo endereço, Rua Senador Milton Campos, nº 35.

Destarte, conforme verifica-se das Notas Fiscais no link abaixo, a licitante Mundo Telecomunicações e Informática LTDA prestou o mesmo serviço para a HI-EPC até agosto de 2022, empresa esta pertencente ao mesmo grupo econômico da RCS, tendo como endereço o mesmo espaço físico.

Notas Fiscais:

<https://1drv.ms/u/s!ApD3dkTtf4xoi9EJFB2PpxkJOuuzwQ?e=ekr0XW>

Ora, como pode o mesmo local ter duas empresas, a Licitante declarada vencedora e a Recorrente, prestando o mesmo serviço?

Dessa feita, verifica-se a patente irregularidade no atestado de capacidade técnica apresentado, a ser confirmado com mera e simples diligência perante a empresa emissora do atestado em debate.

Diante de todas as evidências acerca da inconsistência e irregularidades no atestado apresentado pela na Licitante M2A SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA., deve ser desclassificada a Licitante face ao não cumprimento do Edital, no que tange a apresentação de atestado de capacidade técnica.

a.3. Da Desclassificação da Recorrente:

Por fim, mas não menos importante, vem a Recorrente expor as razões pela reforma da decisão que a desclassificou, com base nos argumentos a seguir expostos.

- Ato de desclassificação 1: Lote 1 -Item 2- Gateway de Voz. Os gateways deverão ser do mesmo fabricante do sistema de comunicação corporativa central (Plataforma PABX em nuvem), para garantia de total transparência de recursos e evolução sincronizada de versões de software.

O sistema de comunicação ofertado pela licitante Mundo Telecomunicações e Informática Ltda é composto por 3 itens, quais sejam:

1. Plataforma Flux IP – Software proprietário do fabricante Leucotron.
2. Servidor HP Proliant DL360 GEN10 LLC – Hardware homologado e utilizado pelo fabricante Leucotron nos projetos de PABX em Nuvem, conforme Certificado de Homologação apresentado na documentação.
3. Gateway GL3000 – Gateway proprietário e fabricado pela Leucotron.

Dessa feita, verifica-se que os gateways são do mesmo fabricante do sistema de comunicação corporativa central, sendo que todos os hardwares e softwares possuem certificação Anatel e garantem total transparência de recursos e evolução sincronizada de versões de software, portanto atendendo plenamente ao solicitado no item 2 do Lote 1.

- Ato de desclassificação 2: Lote 1 – Item 3 - Firewall Concentrador VPN A solução em nuvem (Plataforma PABX em nuvem), deverá ser do mesmo fabricante do firewall a fim de garantir uma perfeita interoperabilidade, inclusive com a infraestrutura.

Em continuidade a explicação referente ao item anterior, verifica-se que a solução Flux IP possui também funcionalidade de firewall embarcada.

Assim sendo, além do firewall proprietário o sistema de comunicação ofertado pela Recorrente, foi incluso outro equipamento que opera com a função de firewall complementar, em total atendimento ao edital.

- Ato de desclassificação 3: Lote 1 – Item 4 - Switches POE 24 portas A solução em nuvem (Plataforma PABX em nuvem), deverá ser do mesmo fabricante do switch a fim de garantir uma perfeita interoperabilidade, inclusive com a infraestrutura.

Ora, Ilustre Pregoeiro e comissão de licitação, o switch POE 24 portas ofertado, qual seja, ARUBA INSTANT ON 1930 24G JL682A, é do mesmo fabricante do servidor HP que compõe a solução em nuvem ofertada, sendo também homologado na plataforma Flux IP, conforme Certificado de Homologação apresentado na documentação, atendendo, plenamente ao solicitado no item 4 do lote 1.

- Ato de desclassificação 4: Lote 1 – Item 5 - Switches POE 8 portas A solução em nuvem (Plataforma PABX em nuvem), deverá ser do mesmo fabricante do switch a fim de garantir uma perfeita interoperabilidade, inclusive com a infraestrutura.

Igualmente ao salientado acima, o switch POE 8 portas ofertado, qual seja, ARUBA INSTANT ON 1930 8G JL681A, é do mesmo fabricante do servidor HP que compõe a solução em nuvem ofertada e também é homologado na plataforma Flux IP, conforme Certificado de Homologação apresentado na documentação, atendendo portanto plenamente ao solicitado no item 5 do lote 1.

- Ato de desclassificação 5, 6 e 7: Lote 1 – Item 8 - Aparelho VoIP – TIPO 1 Deve ser do mesmo fabricante do sistema de comunicação corporativa (Plataforma PABX em nuvem); Lote 1 – Item 9 - Aparelho VoIP – TIPO 2 Aparelho VoIP – TIPO 2; Lote 1 – Item 10 - Aparelho VoIP – TIPO 3 Deve ser do mesmo fabricante do sistema de comunicação corporativa (Plataforma PABX em nuvem).

Referente aos itens 8, 9 e 10 do Lote 1, os aparelhos VoIP Tipo 1, Tipo2 e Tipo3 ofertados são homologados pelo fabricante da solução de PABX em Nuvem, Leucotron, conforme Certificado de Homologação apresentado na documentação e possuem certificação Anatel, conforme apresentado também na documentação.

Sendo assim, os aparelhos apresentam total interoperabilidade com a solução de pabx em nuvem e atendem plenamente às especificações solicitadas nos itens 8, 9 e 10 do edital.

b. Conclusão:

Diante de todas as evidências acerca da inconsistência e irregularidades da proposta técnica e comercial apresentada pela M2A SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA., deve ser desclassificada a proposta da Licitante, face ao descumprimento dos itens do Edital alhures mencionados.

Não menos importante, além da desclassificação alhures manifestada, requer a Recorrente a reforma da decisão que a desclassificou, face aos apontamentos mencionados nesta peça recursal, que demonstraram de maneira inequívoca que a Recorrente atendeu todos os itens do edital

3 – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa M2A SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA., desclassificada em função das irregularidades alhures apresentadas, nos termos da lei, do próprio edital e do termo de referência.

Igualmente, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão concernente na desclassificação da Recorrente e, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Nestes termos, Solicita Bom Senso, Legalidade e Deferimento.
Belo Horizonte – MG, 26 de dezembro de 2022.
Atenciosamente.

MUNDO TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.
RIVALDO JOSÉ DE CASTRO
SÓCIO ADMINISTRADOR
MG: 5.820.789 SSP/MG
CPF: 677.169.206-00

Fechar